



Apelação Cível nº 0810999-26.2016.8.15.0001. Oriundo da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campina Grande.

Relatora: Desª Maria de Fátima M. Bezerra Cavalcanti

Apelante(s): Estado da Paraíba, representado por seu Procurador Tadeu Almeida Guedes.

Apelado(s): Francisco Tavares Filho.

Advogado(s): Italo Ranniery Nascimento Santos - OAB/PB 17.820.

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – CONCESSÃO DE *HABEAS CORPUS* -DEMORA INJUSTIFICADA PARA A SOLTURA DE PESSOA PRESA – DEVER CONSTITUCIONAL DE ZELAR PELA LIBERDADE DAS PESSOAS – AUTOR MANTIDO INDEVIDAMENTE EM CÁRCERE POR 2 (DOIS) DIA – DESCUMPRIMENTO DO PRAZO MÁXIMO DE 24 HORAS PREVISTO NA RESOLUÇÃO Nº 108, DO CNJ - RESPONSABILIDADE OBJETIVA – CULPA E NEXO CAUSAL EVIDENCIADOS – AUSÊNCIA DE EXCLUDENTES DO DEVER DE INDENIZAR – PROCEDÊNCIA DOS DANOS MORAIS – *QUANTUM* PROPORCIONAL – DESNECESSÁRIA REDUÇÃO – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA – DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Sendo a matéria governada pela teoria do risco administrativo, demonstrada a existência do dano pelo promovente, fica a cargo do réu o ônus de provar a incidência de alguma causa excludente da obrigação de indenizar, ônus da qual não se desimcumbiu.

Comprovada a lesão, cumulada aos demais pressupostos da responsabilidade civil, recesso como indispensável a reparação, sendo a única forma de compensar o intenso sofrimento cominado ao ofendido, consubstanciado na angústia, humilhação e vexame sofridos, em decorrência de ser mantido indevidamente encarcerado mesmo após a concessão de liberdade pela autoridade judiciária.



O Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 108, estipula que a expedição e o cumprimento do alvará de soltura deve ser feito no prazo máximo de 24 horas.

A indenização por dano moral deve ser fixada com prudência, segundo o princípio da razoabilidade e de acordo com critérios apontados pela doutrina e jurisprudência, a fim de que não se converta em fonte de enriquecimento. Considerando que ao quantificá-lo, o magistrado fixou-o de forma equânime, desnecessária é a intervenção da Corte revisora no sentido de reduzi-lo.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, acima identificado:

*ACORDA a Primeira Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, em sessão virtual realizada, por unanimidade, **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.***

RELATÓRIO

Trata-se de **Apelação Cível** interposta pelo **Estado da Paraíba**, buscando a reforma da sentença proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campina Grande que, nos autos da **Ação de Indenização por Danos Morais** ajuizada por **Francisco Tavares Filho**, julgou



parcialmente procedente o pedido para condenar o promovido ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescida de correção monetária pelo IPCA, a contar da data do arbitramento e juros de mora a partir do evento danoso, com bases nos índices oficiais da caderneta de poupança.

Nas razões da Apelação, o Estado da Paraíba alega, em suma, que inexistente responsabilidade integral do Estado, não estando demonstrados os requisitos para a configuração da indenização pleiteada, destacando a razoabilidade em relação ao cumprimento do alvará de soltura em dois dias, pugnando, subsidiariamente, pela redução do *quantum* fixado.

Regularmente intimada, a parte apelada apresentou Contrarrazões, pugnando pelo desprovisionamento do recurso (Id. 6372684).

Instada a se pronunciar, a Douta Procuradoria de Justiça emitiu parecer opinando pelo desprovisionamento do recurso (Id. 6694277).

VOTO

O caso dos autos retrata pretensão indenizatória do autor pela demora injustificada no cumprimento de alvará de soltura por parte do Estado da Paraíba, tendo permanecido encarcerado indevidamente.

Do cotejo dos autos, denota-se que o promovente foi preso em flagrante dia 27/12/2015 por suposta ameaça feita a sua companheira. Sucede que, em 30/12/2015 foi lavrado alvará de soltura, tendo sido expedido às 21:00 pelo Desembargador Plantonista. Contudo, o promovente só foi solto em 01 de janeiro de 2016 (ID 6372601 – Págs. 01/03; 6372602 – Págs. 01/02; 6372603 – Pág. 01).

Primordialmente, é importante ressaltar que para o desate da demanda, não há necessidade de maior discussão sobre a modalidade de responsabilidade a ser aplicada ao caso em apreço, levando-se em consideração ser a objetiva, ante a conduta que restou configurada por parte da pessoa jurídica de direito público (ré/apelante).



Aliado a este pensamento, ao qual me acosto, ressalto que a corrente majoritária dos tribunais superiores também delibera pela aplicação da responsabilidade objetiva à matéria, consoante posicionamentos do STF e do STJ, *in verbis*:

DIREITO CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. **RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO ESTADO. ART. 37, § 6º, DA MAGNA CARTA. ERRO JUDICIÁRIO. ATO COMISSIVO. PRISÃO ILEGAL. TEMPO EXCESSIVO. CONFUSÃO ENTRE PESSOAS. INDENIZAÇÃO. CONSONÂNCIA DA DECISÃO RECORRIDA COM A JURISPRUDÊNCIA CRISTALIZADA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO QUE NÃO MERECE TRÂNSITO. REELABORAÇÃO DA MOLDURA FÁTICA. PROCEDIMENTO VEDADO NA INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. O entendimento da Corte de origem, nos moldes do assinalado na decisão agravada, não diverge da jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal. A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal consolidou-se no sentido de que, salvo nos casos previstos no art. 5º, LXXV, da Magna Carta – erro judiciário e prisão além do tempo fixado na sentença –, e daqueles expressamente previstos em lei, a responsabilidade objetiva do Estado não se aplica aos atos jurisdicionais. Precedentes. [...] (ARE 1069350 AgR-segundo, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 20/09/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-213 DIVULG 30-09-2019 PUBLIC 01-10-2019)**

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRISÃO ILEGAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO CONFIGURADA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DANO MORAL. PEDIDO ALTERNATIVO DE REDUÇÃO. VALOR EXCESSIVO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ.**

[...]

7. Agravo Interno de que se conhece para, no mérito, negar-se provimento ao Recurso Especial.

(AgInt no AREsp 1109601/PI, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017)

Logo, sendo a matéria governada pela teoria do risco administrativo, demonstrada a existência do dano pelo autor/apelado, fica a cargo do réu/apelante o ônus de provar a incidência de alguma causa excludente da obrigação de indenizar.

Como preceito constitucional sobre esta responsabilidade, recai a aplicação da norma trazida na redação do artigo 37, § 6º da Constituição da República, *in verbis*:



Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Atesta-se do caderno processual que, em nenhum instante, o réu/apelante colacionou prova apta a elidir sua responsabilidade frente aos estragos propagados, ou seja, de alguma excludente de ilicitude capaz de romper o nexo causal.

Lado oposto, o autor/apelado instrui os autos com provas documentais satisfatórias para comprovar os fatos e revelar a conduta desidiosa adotada pelos agentes públicos.

Conforme comprovado nos autos, mesmo após a concessão da ordem de soltura pelo Desembargador Plantonista no dia 30/12/2015, o cumprimento da ordem só se efetivou no dia 01/01/2016, não trazendo o Estado da Paraíba qualquer justificativa que pudesse embasar a demora na soltura do promovente.

Sobre a matéria, urge esclarecer que o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 108, estipula que a expedição e o cumprimento do alvará de soltura deve ser feito no prazo máximo de 24 horas, senão vejamos:

[...]Art. 1º O juízo competente para decidir a respeito da liberdade ao preso provisório ou condenado será também responsável pela expedição e cumprimento do respectivo alvará de soltura, no prazo máximo de vinte e quatro horas.

(...) (Resolução n. 108, CNJ)[...]

Desta forma, demonstrado o dano e verificada a coerência das provas produzidas, faz-se mister consignar a necessidade da existência do nexo causal entre o comportamento ilícito e o prejuízo produzido, para que seja admitida a obrigação de indenizar. Partindo-se desta premissa, constata-se, a toda evidência, o liame de causalidade que entrelaça o procedimento adotado pelos agentes públicos do Estado da Paraíba, com o transtorno imposto ao autor/apelado, mantido encarcerado indevidamente por um dia mesmo após a determinação de soltura.



Sobre o tema, colaciono julgados da jurisprudência pátria:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. PRISÃO. SOLTURA POR ALVARÁ. DEMORA INJUSTIFICADA. CABIMENTO DE DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO FIXADA NA CORTE DE ORIGEM EM R\$ 10.000,00. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. DESNECESSIDADE DE REVISÃO. AGRAVO INTERNO DO ENTE ESTATAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O presente Recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3 do STJ, segundo o qual, aos recursos interpostos com fundamento no Código Fux (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo Código. 2. A parte ora agravante pretende, por via transversa, a revisão de matéria de fato - redução do valor fixado a título de danos morais -, apreciada e julgada com base nas provas produzidas nos autos, sendo vedada esta análise nesta seara recursal especial. Desse modo, a alteração do entendimento implicaria o reexame do contexto fático-probatório do autos, circunstância que redundaria na formação de novo juízo acerca de fatos e provas, e não de valoração dos critérios jurídicos concernentes à utilização da prova e à formação da convicção, o que esbarra no óbice do Enunciado Sumular 7 do STJ. 3. A revisão da verba fixada pelas instâncias ordinárias, a título de danos morais, somente é admissível em situações excepcionais, quando o valor revelar-se manifestamente irrisório ou excessivo. Constatada a irrisoriedade ou a excessividade, é possível o julgamento do Recurso Especial pelo Relator. No entanto, no caso em apreço, a quantia de R\$ 10.000,00 afigura-se razoável, não sendo o caso de alteração. 4. Agravo Interno do Ente Estatal a que se nega provimento. (STJ; AgInt-AREsp 1.653.848; Proc. 2020/0017512-0; PB; Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho; DJE 01/10/2020)

APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PRISÃO EM FLAGRANTE. Deferida a liberdade provisória. Demora no cumprimento do alvará de soltura. Procedência do pedido. Condenado o estado ao pagamento de R\$20.000,00 a título de indenização por dano moral. Recurso do réu pretendendo a improcedência do pedido, a redução das verbas indenizatórias e honorárias e o afastamento das custas processuais. Responsabilidade objetiva do estado pelos danos causados a terceiro por seus agentes. Art. 37, §6º, da Constituição Federal. Inexistência de excludente de responsabilidade. Primeiro alvará expedido em 17/12/2016, não cumprido. Segundo alvará expedido em 20/12/2016 não cumprido ante a inexistência de resposta do sarq. Libertado o preso somente no dia 24/12/2016. Demora de 07 dias. Art. 1º, da resolução 108/2010, do CNJ que determina que -o juízo competente para decidir a respeito da liberdade ao preso provisório ou condenado será também responsável pela expedição e cumprimento do respectivo alvará de soltura, no prazo máximo de vinte e quatro horas-. Dano moral configurado. Quantum indenizatório que entendo adequado. Honorários advocatícios fixados na forma do AR. 85, § do c. P.c. O ESTADO DO Rio de Janeiro é isento das custas judiciais, na forma do art. 17, IX da Lei Estadual 3.350/99. Contudo, não é isento do pagamento da taxa judiciária, eis que atuou na condição de réu e foi vencido na demanda. Art. 43, inciso V, da Lei Estadual 3.350/99 que isenta a Fazenda Pública do pagamento de emolumentos. Parcial provimento do recurso. (TJRJ; APL-RNec 0005075-93.2017.8.19.0042; Petrópolis; Oitava Câmara Cível; Relª Desª Norma Suely Fonseca Quintes; DORJ 29/09/2020; Pág. 319)



APELAÇÃO CÍVEL. ESTADO DE MINAS GERAIS. DEMORA INJUSTIFICADA NO CUMPRIMENTO DE ALVARÁ DE SOLTURA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. PRISÃO INDEVIDA. RESOLUÇÃO N. 108, CNJ. Danos morais configurados. 1-a responsabilidade civil objetiva do estado configura-se com os seguintes requisitos, em contemplação à teoria do risco administrativo e à repartição dos encargos sociais: A) conduta administrativa; b) dano e; c) o nexo de causalidade. 2-a resolução n. 108, CNJ, em seu art. 1º, prevê o prazo de 24 (vinte e quatro) horas como sendo o razoável para o cumprimento de alvará de soltura e para a colocação do preso em liberdade provisória. 2. A demora injustificada na concessão de liberdade provisória ao preso, após a adequada expedição de alvará de soltura, constitui ato ilícito da administração, capaz de ensejar dano moral e consequente indenização. (TJMG; APCV 0137799-05.2015.8.13.0105; Governador Valadares; Terceira Câmara Cível; Rel. Des. Jair Varão; Julg. 27/06/2019; DJEMG 09/07/2019)

Assim, restando constatada a lesão, cumulada aos demais pressupostos da responsabilidade civil retro aludidos, ressoa como indispensável a reparação, por ser a única forma de compensar o sofrimento cominado ao autor/apelado, consubstanciado na angústia, humilhação pública e vexame sofridos.

O réu/apelante ainda pretende a reavaliação do *quantum* indenizatório.

Para a fixação da verba indenizatória moral, os critérios utilizados devem estar de acordo com a melhor orientação doutrinária e jurisprudencial pertinente à matéria *sub examine*, porquanto incumbe ao magistrado arbitrar a indenização observando as peculiaridades do caso concreto, as relações que regem o direito, evitando, por conseguinte, um prêmio indevido ao ofendido.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça decidiu:

“Na fixação da indenização por danos morais, recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível sócio-econômico dos autores, e, ainda, ao porte da empresa recorrida, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso.”¹

Nesse contexto, visualizo não merecer reparo a sentença, eis que o montante fixado foi arbitrado dentro da razoabilidade que o caso requer. Por isso, considero desarrazoado o pleito de redução do *quantum* indenizatório de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o qual serve para amenizar o sofrimento do autor/apelado.



Com tais considerações, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, mantendo-se a sentença em todos os seus termos, em consonância com o Parecer Ministerial.

Por força do §11º, do art. 85, do CPC, majoro o percentual dos honorários fixados na sentença (10%) para 15% (quinze por cento).

É como voto.

Participaram do julgamento, além da Relatora, a Excelentíssima Desembargadora **Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti**, o Excelentíssimo Doutor Inácio **Jário Queiroz de Albuquerque** (Juiz convocado para substituir o Excelentíssimo Des. José Ricardo Porto) e o Excelentíssimo Desembargador **Leandro dos Santos**.

Representante do Ministério Público, Dr. Herbert Douglas Targino, Procurador de Justiça.

Sessão Virtual realizada no período de 30 de novembro à 07 de dezembro de 2020.

Des^a Maria de Fátima M. Bezerra Cavalcanti

Relatora

G/05

¹ Resp 135.202-0-SP, 4ª T., Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 19-5-1998.

